

Ao narrar essa história, diferentes propostas foram teorizadas apresentando as etapas rumo a culturalização (MORGAN, 1877; TYLOR, 1871). O contato do Velho Mundo com o Novo contribuiu para a criação de hipóteses que visavam entender e a trajetória da sociedade humana. O contato europeu com os povos de outras áreas se desdobrou, dessa forma, não apenas na colonização e imposição de regras sobre os indivíduos que nessas terras habitavam, seus espaços, suas crenças e modos de vida, mas também sobre suas supostas capacidades, seu passado, presente e futuro². Nos termos de Gnecco (2009), uma forma de violência epistêmica para com essas sociedades e suas formas de fazer história.

Segundo Trigger (2004), as primeiras percepções sobre os povos do Novo Mundo não conduziram diretamente ao nascimento da perspectiva evolucionista, que por um certo período dividiu o espaço teórico com as teses degeneracionistas, que defendiam que as populações que não utilizavam instrumentos de metais poderiam ter perdido esse conhecimento (TRIGGER, 2004: 54). Somente no século XVIII, com o Iluminismo, que a história humana começa a ser vista como uma linha evolutiva. No passado mais distante, estariam os grupos selvagens, ora denominados de caçadores-coletores, cujo modo de vida seria definido primeiramente em 1911 por William Sollas (LEE e DALY, 1999: 7).

² Barreto (2000) menciona que na época das expedições científicas no Brasil, havia especulações entre os intelectuais sobre o passado "pobre" das populações indígenas locais, diferente dos povos andinos vizinhos, visto que os índios brasileiros eram tidos como uma civilização decadente. Funari (2002) chama atenção para o fato de que foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que a arqueologia, influenciada por uma perspectiva mais humanista, começou a valorizar mais a compreensão e preservação das culturas indígenas.

As comparações entre grupos caçadores e coletores do passado com os do presente, como se esses fossem fósseis das formas de organização social do passado foram alvo de crítica dos trabalhos que resultaram na publicação do livro *Man the Hunter* (LEE e DEVORE, 1968). Nesta obra, várias concepções sobre as sociedades de caçadores-coletores foram atestadas e revisadas, apesar de divergências entre algumas conclusões nos diferentes estudos de caso apresentados no livro, as publicações contribuíram para revisitar temas como a organização social dos grupos caçadores-coletores, natureza de sua subsistência, origem da agricultura e domesticação de animais. O livro contribui ainda para o uso em maior escala do termo “caçador-coletor”, apesar de que o uso da categoria resultou na homogeneização de diferenças sociais e culturais dos grupos estudados (YENGOYAN, 2004), com isso mais do que relatar especificidades, partes das pesquisas sobre caçadores coletores se concentraram em descrever parâmetros sociais gerais que permitissem comparações.

Em 1999, Lee e Daly apresentaram na introdução a enciclopédia de Cambridge sobre caçadores coletores que naquele momento era possível identificar quatro tendências principais nos estudos de sociedades caçadoras coletoras: (1) Clássica; (2) Adaptacionista; (3) Revisionista e (4) Indigenista. A primeira estaria voltada aos temas clássicos da antropologia (parentesco, organização social, cosmologia, cultura material, entre outros), mas com tendências teóricas variadas. A segunda segue uma linha de pensamento mais tradicional, e muitas vezes criticada, que se volta para a Ecologia Comportamental e a Teoria do Ótimo Forrageio.

A perspectiva Revisionista chama atenção para o fato de que as sociedades de caçadores coletores que encontramos no tempo presente são frutos de um processo histórico de transformação do seu modo de vida e subordinação a outras formas de poderes políticos e econômicos do mundo moderno. A última perspectiva possui grande influência das tendências pós-modernas e, colocando no centro do debate os indivíduos estudados, seus objetivos e desejos.

Tendo como inspiração os termos utilizados por Santos (2010)³, este artigo propõe revisitar algumas das abordagens que se propuseram refletir sobre os grupos caçadores coletores, dando enfoque para o fato de que algumas vezes as explicações se fundamentaram em projeções de valores e concepções ocidentais, faltando explicar o contexto de cada local a partir de suas particularidades de agir e pensar. A importância de compreender uma sociedade conforme seu modo de organização específico foi, por exemplo, sublinhado por Fausto e Neves(2018) ao abordar sobre a forma distintada relação entre domesticação de plantas, agricultura e uso da tecnologia cerâmica na região amazônica.

³ Os conceitos do autor são "sociología de las ausencias" e "sociología de las emergencias". O primeiro se refere a proposições que negam os saberes, as trajetórias e formas de vida e organização social dos povos não "ocidentais", estabelecendo um padrão que seria "global", "mais produtivo", "racional" e "natural", para a cultura, para o tempo, para a classificação hierárquica. O segundo diz respeito a tradições culturais e filosóficas diversas que se opõem ao tempo linear presente nas lógicas da "sociología de las ausencias" defendendo um futuro plural. Nesse sentido, a divisão aqui proposta visa agrupar na "perspectivas de ausências" as teorias influenciadas pelo evolucionismo ambiental e ecologia cultural, enquanto na "perspectivas de emergência" estarão as pesquisas que contradisseram as "perspectivas de ausências", apresentando as culturas não "ocidentais" segundo suas lógicas culturais, sociais, temporais e cosmológicas

Assim, este trabalho abordará a bibliografia a partir de duas linhas: (1) Perspectivas de ausências e (2) Perspectivas de emergência. Assim, a primeira linha debaterá os diferentes tipos de negação que algumas abordagens acabaram criando com suas propostas, enquanto a segunda linha sublinhará as perspectivas críticas e revisionista que surgiram para repensar as narrativas totalizantes e de negação. Apesar da vasta bibliografia com estudos de caso em diferentes locais, neste trabalho enfocaremos a literatura referente à Amazônia, e especificamente, sobre a Serra de Carajás e redondezas, onde nas últimas décadas várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas. Considerando ainda que o tema da ocupação de áreas de floresta tropical, entre essas a Amazônia, perpassou frequentemente por tópicos como meio ambiente e formas de organização econômica e de subsistência, serão essas as abordagens que nos deteremos mais neste trabalho.

81

CONTATOS CULTURAIS: CONSTRUÇÕES E NEGAÇÕES

A revisão das perspectivas teóricas que permearam os estudos das sociedades de caçadores coletores já foi tema de trabalho de outros pesquisadores (ver por exemplo BARNARD, 1983; BETTINGER, 1980, 1987; GUIMARÃES, 2003; JORDAN e CUMMINGS, 2014a; MYERS, 1988; PINKOSKI, 2008). É consenso que algumas dessas abordagens (FLANNERY, 1972; MORGAN, 1887; SERVICE 1970; SUMNER e KELLER, 1972; TYLOR, 1871) favoreceram perspectivas evolucionárias e comparativas que acabaram por formar uma imagem pejorativa ou pessimista desses grupos.

Quando as primeiras classificações dos estágios de desenvolvimento social delimitaram o que os grupos “selvagens” possuíam ou não de desenvolvimento tecnológico (MORGAN, 1887), desdobrou-se uma tendência de caracterizar os grupos caçadores coletores pelo o que não possuíam. Ingold (1999) chama atenção para essa descrição a partir do que os caçadores coletores não eram ou não tinham: ausência de cerâmica, de especialização de trabalho distinta da por sexo, de divisão de classe, de sacerdócio formalizado, de organização política formalizada e de posse privada dos meios básicos de sustento. Assim, os caçadores coletores não tinham nenhuma das formas institucionais das organizações sociais mais "complexas" que ainda iriam surgir.

82

Na Amazônia e em áreas de floresta tropical, o que os grupos caçadores coletores não possuíam também era um espaço propício para existirem. Essa perspectiva esteve presente em parte dos trabalhos com influência da tendência Adaptacionista (LEE e DALY, 1999), que se esteve em voga no pensamento teórico por muito tempo, tanto nos escritos sobre os grupos caçadores coletores quanto para as sociedades com formas de organização social sedentárias.

A existência de grupos caçadores coletores em áreas de floresta tropical anterior à existência de sociedades horticultoras foi por certo tempo negada por alguns teóricos (BAILEY e HEAD, 1989; BAILEY e HEADLAND, 1991; HEADLAND, 1987). Algumas propostas defendiam que a existência de grupos forrageiros na região amazônica era decorrência do retorno à caça e coleta dos grupos que anteriormente viviam da agricultura (ver debate em LATHRAP,

1968). Essas perspectivas estavam fundamentadas na suposição de que a floresta tropical não possuía recursos e potencial agrícola, estabelecendo, portanto, um teto para o desenvolvimento cultural (MEGGERS, 1977; MEGGERS e EVANS, 1957).

A possibilidade de desenvolvimento para os grupos da floresta tropical foi definida a partir de algo que eles não possuíam, faltando o recurso elencado como primordial, o desenvolvimento social teria quantidade limitada de opções. Uma importante fonte de caloria mencionada é o amido, rico em carboidratos, que seria mais importante do que as fontes de proteína para garantir o sustento das populações caçadoras coletoras. Considerando a dificuldade de obtenção de fontes de amido selvagens, concluiu-se que as possibilidades de existência de grupos com economia forrageira dependeriam ou do comércio com sociedades horticultoras ou se eles mesmos praticassem um protocultivo, caso contrário esses grupos não poderiam viver adequadamente em ambientes de floresta tropical (HEADLAND, 1987).

Diferenciando-sedo determinismo ambiental, econômico e tecnológico, Steward (2006)propõe na ecologia cultural o conceito de núcleo cultural, que deveria ser seu objeto central de investigação, e no qual estariam elementos mais diretamente relacionados com as atividades de subsistência e aspectos econômicos. Nesse núcleo estariam inclusos padrões sociais, políticos e religiosos, que seriam assim características funcionalmente interdependentes. Outras características culturais teriam maior potencial de variabilidade, sendo, portanto, secundárias, por estarem

menos conectadas ao núcleo cultural, e estando sujeitas em grande parte por fatores histórico-culturais, variando entre culturas, que, entretanto, podem ter núcleos culturais idênticos.

Com isso, para Steward, a cultura não estava estritamente determinada pelo ambiente, havendo outros elementos que mediam essa relação (BETTINGER, 1980). Steward (2006) propõe que ao invés de pensar apenas nos limites que o ambiente impõe sobre determinadas características culturais, é necessário pensar como a cultura criou arranjos distintos conforme o ambiente que habita. Ambientes que exijam respostas similares quanto à subsistência e à economia, resultaram em núcleos culturais parecidos, enquanto as características culturais secundárias, como a tecnologia, podem ser iguais, mesmo que os núcleos culturais sejam diferentes, visto que os elementos que estão sujeitos à mudança, conforme a característica ambiental, são os pertencentes ao núcleo cultural. Não obstante, apesar do meio ambiente exercer um papel fundamental na ecologia cultural, Steward afirma que também é necessário levar em consideração a complexidade e nível cultural no qual se encontram as culturas, pois aquelas mais simples são as que estão mais condicionadas pelo ambiente do que as mais avançadas.

Para Yengoyan (2004), um desdobramento da proposta de Steward foi o início de pesquisas voltadas para a análise das sociedades de caçadores coletores enquanto população. A partir desse paradigma biológico, a análise da cultura perdeu importância, sobressaindo discursos fundamentados em modelos econômicos e evolucionários que reduziram os seres humanos a corpos desassociados de suas

bases culturais. Ainda que outra corrente de estudos tenha chamado atenção para todos os comportamentos culturais de um grupo, e não apenas para os que estariam no “núcleo” definido por Steward (VAYDA e RAPPAPORT, 1968; JOCHIM, 1979), ainda persistiu uma ênfase no caráter adaptativo desses comportamentos em relação ao ambiente, economia e subsistência.

Entre as abordagens de foco “adaptativo” (JORDAN e CUMMINGS, 2014b), na arqueologia, a corrente teórica da Nova Arqueologia também se voltou para os estudos das interações ser humano e ambiente (GARVEY e BETTINGER 2014). Arquiteto e um dos grandes representantes dessa nova corrente, os trabalhos de Lewis Binford (1978, 1980, 1982) ganharam notória atenção por sua abordagem etnoarqueológica (BARNARD, 2004; JORDAN e CUMMINGS, 2014a; TRIGGER, 2004). Binford (1962), baseando-se nas proposições de seu mentor Leslie White, definiu a cultura como um meio extrasomático de adaptação do ser humano, assim, mudanças culturais foram interpretadas como respostas adaptativas às alterações ambientais (Trigger 2004).

Em um de seus manuscritos, Binford (1980) argumentou que as estratégias de subsistência e assentamento dos caçadores coletores são respostas a diferentes problemas de estabilidade que são apresentados aos grupos pelos ambientes nos quais habitam. Com isso, a partir do conhecimento da distribuição das variáveis ambientais e de uma teoria da adaptação seria possível antecipar tanto as diferenças nas estratégias de subsistência e assentamento, assim como os padrões no registro arqueológico.

Devido à essa abordagem ecossistêmica, a perspectiva de Binford recebeu como crítica o fato de considerar que o comportamento humano é determinado por fatores externos, pertencentes ao domínio da natureza, ao invés de ser uma prática que os indivíduos tivessem consciência (TRIGGER, 2004), e a despeito do reconhecimento das contribuições da abordagem interdisciplinar de sua etnoarqueologia, a forma como a analogia etnográfica foi empregada também foi alvo de críticas, por ser uniformitária (JORDAN e CUMMINGS, 2014a).

Wiesner (1982) questionou a possibilidade de prever estratégias de organização apenas a partir de variáveis ambientais. Ampliando as categorias propostas por Binford, a autora propõe uma “teoria de risco”, que englobaria estratégias para redução do risco ou reduzir as variáveis nos recursos sociais e naturais. A partir de sua “teoria de risco”, Wiesner afirmou que seria possível fazer predições sobre uma maior variabilidade de vestígios materiais, a exemplo da organização estrutural de um sítio, a distribuição intrasítio de restos faunísticos e a variação estilística nos artefatos.

Outra abordagem centrada na questão da subsistência e comportamento é a Teoria do Ótimo Forageiro, que também teve influências da biologia e economia (BETTINGER, 1980, 1987). Parcialmente adaptada de uma teoria homônima existente na ecologia evolutiva, a teoria do ótimo forrageiro em parte foi derivada dos postulados neo-darwinistas e de modelos gráficos e algébricos, com o objetivo de prever aspectos do comportamento dos indivíduos (WINTERHALDER,

1981). Alguns tópicos de interesse dessa abordagem foram a procura por recursos, história de vida e acasalamento e prevenção de predadores. Para o tema de forrageio especificamente, algumas questões principais eram a amplitude da dieta e escolha de itens, o espaço e período de forrageio, e o tamanho do grupo forrageiro.

Segundo essa teoria, as ações dos grupos de caçadores coletores buscavam maximizar suas chances de encontrar comida e recursos realizando o mínimo de esforço possível (BARNARD, 2004; BETTINGER, 1987; GARVEY e BETTINGER, 2014). Para uma dieta otimizada, era necessário fazer um balanceamento com itens que compensassem o tempo gasto na busca de determinado produto e o tempo necessário para seu manuseio (BETTINGER, 1980). Hawkes, Hill e O'connel (1982) mencionam sobre os debates na literatura a respeito dos aspectos determinantes nos padrões de subsistência. Enquanto uma corrente defendia que os caçadores coletores das latitudes médias e baixas dependiam mais dos recursos vegetais para sua subsistência, outra corrente afirmava que a fonte animal era a mais utilizada. Esse debate envolve elementos-chaves que estiverem amplamente presentes nos estudos sobre os grupos caçadores coletores e que giram em torno do "custo" de cada fonte alimentícia e sua disponibilidade.

As teorias em voga elencaram elementos que julgaram que seriam essenciais para o desenvolvimento cultural e social dos grupos humanos. Alguns dos elementos centrais dessa perspectiva são que os recursos utilizados para a alimentação se

encontram dispersos e que normalmente o valor calórico ofertado não é suficiente para a energia gasta. Além disso, muitos desses recursos seriam de difícil acesso, seja por estarem enterrados em profundidade considerável no solo, o que demandaria ferramentas de metal para facilitar a exploração, seja por se encontrarem no topo das árvores (BAILEY e HEAD, 1989; BAILEY e HEADLAND, 1991; HEADLAND, 1987).

As críticas à teoria do Ótimo Forageiro destacaram lacunas distintas. Kelly (1983), por exemplo, empregou dados etnográficos das estratégias de mobilidade e dos contextos ambientais de grupos de caçadores coletores, interpretando esses dados como experiências de aprendizagem ao invés de casos teste de um modelo já pré-determinado. A abordagem proposta pelo autor se diferenciava da teoria do Ótimo Forageiro por focar nas estratégias de mobilidade ao invés da natureza das estratégias de forrageio. Enquanto Ingold (1996) argumenta contra as projeções para os caçadores coletores inspiradas a partir de concepções da teoria econômica nascidas durante o Iluminismo.

As abordagens citadas acima, quando avaliadas a partir da proposta de Santos (2010), apresentam alguns tipos de ausências criadas pelo pensamento abismal colonial. Esse pensamento impôs uma monocultura do saber, que dividiu o mundo e seus habitantes a partir de sua cultura. Com isso, as sociedades caçadoras-coletoras foram por muitas vezes pensadas a partir do que o Ocidente estabeleceu como verdade: seu conhecimento científico, sua concepção linear e progressista do tempo, sua hierarquização social, seu modo de ser como escala para avaliar as

outras sociedades e seu modo de produção capitalista como inquestionável. Com isso, os grupos que não estivessem em consonância com os padrões europeus seriam ignorantes, residuais, inferiores, locais ou particulares e improdutivos (SANTOS, 2010: 24).

Dessa forma, por exemplo, a concepção dos povos caçadores coletores como primitivos advinha da concepção linear de tempo, que classificou esses grupos como estando em uma situação de atraso em relação ao estágio que se encontrava a sociedade ocidental. O saber científico ocidental igualmente estabeleceu, ainda que de forma oscilatória, ora que o ambiente tropical era pobre e impróprio para culturas avançadas, ora que o mesmo era rico e farto. A própria oposição entre natureza e cultura, com sociedades menos ou mais sujeitas aos ditames da natureza reflete com a sociedade ocidental concebe os dois como opostos e incompatíveis, estabelecendo, assim, que para domar a natureza era necessário ter mais cultura/tecnologia, estar numa etapa mais avançada da linha histórica do progresso.

PERSPECTIVAS DE EMERGÊNCIAS: AMPLIANDO SABERES, PRÁTICAS E AGENTES

Interpretações alternativas que foram sendo desenvolvidas na antropologia auxiliaram em diferentes aspectos repensar as sociedades, suas diferentes características e formas de organização (CANNON, 2014b). No que tange às pesquisas antropológicas, anterior, concomitante e posterior às teorias ecológicas surgiram autores como Boas, Wissler e Kroeber, entre outros que refutaram o

determinismo, auxiliando no posicionamento que considera que as diferenças culturais entre as sociedades humanas não podem ser atribuídas às limitações que o meio ambiente e o aparato biológico impõem sobre os seres humanos (LARAIA, 1986). As propostas desses autores, ainda que tenham suas críticas, foram importantes para contestar certos discursos de "ausência".

Entre as correntes teóricas não voltadas para os modelos biológicos, observa-se abordagens que se centraram em perspectivas simbólicas, interpretativas e históricas, analisando sociedades que ainda viviam no sistema forrageiro ou que o tinham deixado há pouco tempo, apresentando que esses grupos, ainda que minoritários e convivendo com outras formas de organizações sociais, mantinham suas cosmologias e modos de vida tradicionais (LEE e DALY, 1999).

Nesse sentido, Boas (2004) em seus trabalhos argumentava contra as etapas evolutivas da sociedade. O autor introduziu a noção de relativismo cultural, que afirmava que as culturas não poderiam objetivamente ser classificadas como superiores ou inferiores, mas que deveriam ser avaliadas dentro de sua própria cultura. Para Boas (1966), raça, linguagem e cultura são elementos que variam independentemente em cada sociedade, logo se torna complicado classificar os grupos humanos com base somente em um ou outro elemento.

Outra importante reflexão sobre as diferenças existentes entre os grupos humanos foi dada pelos trabalhos de Malinowski. Uma das grandes contribuições de

Malinowski foi defender que a mente do homem "primitivo" não era diferente da do "civilizado", pois ambos possuem os mesmos tipos e níveis de racionalização cognitiva (FIRTH, 1957). Com isso, as afirmações evolucionistas de que as sociedades passavam necessariamente por estágios para alcançar determinado nível cognitivo, organizacional e material foram postas em xeque.

Algumas noções fundamentais do pensamento moderno foram postas sobre reflexão e reconsideração questionando a perspectiva monolítica vigente (JORDÃO, 2004). As constantes revisões sobre o fazer e o pensar antropológico conduziram nas últimas décadas a uma reflexão sobre todo o processo da realização de pesquisa antropológica.

Segundo McGuire (2008), as teorias antropológicas e arqueológicas contemporâneas estão adotando “praxis emancipatórias”, ao se interessar por refletir sobre os grupos marginalizados e oprimidos ao invés de direta ou indiretamente desenvolver os interesses dos grupos dominantes. Na arqueologia, essas tendências vêm se manifestando nas arqueologias alternativas como a pós-processualista, feminista, indígena, marxista, *queer*, entre outras, que podem ser usadas interccionalmente em suas praxis (MCGUIRE, 2008).

Shanks (2008) afirma que a arqueologia pós-processual não possui uma única teoria sobre o passado ou sobre a própria arqueologia, mas em comum apresentam

críticas contra a arqueologia feita nos moldes anteriores e visam uma redefinição da prática, dos conceitos de unidade e grupo social, e dos de natureza e cultura.

Cannon (2014b) argumenta que três fatores contribuíram para uma orientação histórica nos estudos das sociedades de caçadores-coletores: (1) Abordagens revisionistas que enfatizavam a especificidade desse tipo de sociedade; (2) Abordagens baseadas na crítica pós-moderna; e (3) Crescimento de dados empíricos de diferentes lugares no mundo.

No que tange aos estudos sobre sociedade de caçadores coletores, há entre as críticas pós-processualistas, uma importante vertente envolvendo o recorte desse artigo sobre organização social e concepção de cultura/natureza. Essas novas perspectivas têm como algumas de suas críticas o paradigma de se atribuir as mudanças na sociedade ao longo do tempo como consequência de estímulos externos ocasionados por mudanças climáticas ou crescimento populacional; além da explicação das ações e histórias dos caçadores coletores como comportamentos otimizados em relação as condições climáticas ou como produto de contingências históricas (CANNON, 2014a).

Cannon (2014a) argumenta que as próprias respostas que os grupos dão em relação às necessidades econômicas e circunstâncias ambientais variam em função das percepções culturais e valores. O autor sublinha duas tendências nas explicações sobre as motivações atribuídas aos caçadores coletores: (1) uma

explicação orgânica, derivada de pensamentos que estão presentes em qualquer organismo sexualmente reprodutivo que necessita dos recursos do ambiente para sobreviver e que precisa competir com outros organismos para garantir a sobrevivência e reprodução; (2) uma explicação anacrônica, que atribui às pessoas do passado versões simplificadas do pensamento da sociedade ocidental moderna.

Como Ingold (1996) defende, essas duas versões mencionadas acima estão relacionadas, sendo polos invertidos, enfatizando ou a razão ou a natureza como elemento argumentativo. Com isso, ora as sociedades caçadoras coletoras são dotadas da mesma racionalidade que as sociedades ocidentais, e por isso suas práticas de forrageio condizem com as hipóteses de estratégias de otimização calculadas de forma científica, ora essas mesmas sociedades estão submetidas pelas forças de seleção natural nas suas escolhas de subsistência, da mesma forma que os outros organismos não humanos que têm suas estratégias de sobrevivência retransmitidas hereditariamente.

Em sua proposta de análise da relação seres humanos e ambiente ao longo do tempo, a ecologia histórica (BALÉE, 1998) contra argumenta as visões dessa relação a partir de uma posição orgânica em equilíbrio com a natureza (Nobre Selvagem) ou de uma posição econômica maximizadora da exploração (Homo devastans). A Ecologia Histórica vem demonstrando em suas pesquisas, as transformações causadas na paisagem pelas ações humanas ao longo de uma vasta escala temporal (BALÉE, 1989, 1998, 2003, 2013; BALÉE e ERICKSON, 2006;

CRUMLEY, 1994, DESCOLA, 2014). Essas transformações abarcam tanto movimentações de terra alterando características do relevo local, quanto alterações na distribuição de espécimes.

A longevidade dessas transformações também é defendida pela teoria de nichos antrópicos (ARROYO-KALIN, 2016; DAY, LALAND e ODLING-SMEE, 2003; SMITH, 2007; SMITH e ZEDER, 2003) e pelos estudos do Antropoceno (ROOSEVELT 2013, SMITH e ZEDER, 2003). A primeira considera a construção de nichos, como a capacidade dos organismos de construir, modificar e selecionar componentes do ambiente em que habitam, sendo que ao fazê-lo, os organismos não apenas modificam a natureza como também, ainda que parcialmente, determinam as pressões naturais as quais estão sujeitos e que afetarão seus descendentes (DAY, LALAND e ODLING-SMEE, 2003).

94

ENQUANTO OS ESTUDOS DO ANTROPOCENO

Ainda que em parte relacionados com as mudanças mais recentes que a sociedade moderna vem produzindo no ambiente, há também autores que clamam por definir o Antropoceno em um período mais remoto, considerando assim, o marco a partir da presença em escala global de evidências no registro arqueológico que assinalem a significativa capacidade humana de engenhar o ecossistema (SMITH e ZEDER, 2003), com isso o início do Antropoceno e a percepção das transformações que os seres humanos produziram na natureza pôde recuar até época mais remotas (ROOSEVELT 2013, SMITH e ZEDER, 2003).

As pesquisas etnoarqueológicas de Politis (1996, 2001, 2007) entre os Nukak, um grupo de caçadores-coletores que habitam hodiernamente parte da floresta amazônica da Colômbia demonstram como grupos humanos ainda que em organizações sociais nômades e de pequena escala podem provocar modificações na paisagem, que podem ser interpretadas como produção de nichos antrópicos. Segundo o autor, a mobilidade dos caçadores-coletores pode ser vista como uma forma de concentrar recursos florestais em caminhos, visto que nos caminhos percorridos para a caça e coleta são formados "corredores" nos quais é possível encontrar os recursos explorados por esses grupos. Além desses caminhos, os próprios acampamentos abandonados após o uso se tornam "pomares naturais" onde se concentram as espécies de plantas consumidas pelos grupos.

Neves (2013) questionou a importância da agricultura para as sociedades amazônicas do passado pré-colonial, sublinhando que as evidências de domesticação de plantas são bem antigas na Amazônia, remontando ao início do Holoceno, não ocorrendo o mesmo para vestígios relacionados a uma economia predominantemente agrícola, mesmo em alguns contextos de montículos artificiais e de cerâmicas ricamente elaboradas. Ademais, mesmo nos casos de economias baseadas em agricultura, essa prática seria uma atividade oportunista baseada em um sofisticado manejo de hortas e florestas em diferentes estágios de sucessão ecológica. Com isso a economia amazônica, estaria de fato mais baseada num padrão agroflorestral.

Devido a esse interregno entre agricultura recente e domesticação longa, Fausto e Neves (2018) propõe o termo “familiarização” ao invés de “domesticação”, pois este estaria relacionado a uma ruptura entre natureza e cultura. Em sua pesquisa, os autores chamam atenção para o fato de que a relação entre seres humanos e plantas na Amazônia pode ser diferente nos padrões de cultivo e manejo do que a no Velho Mundo. Com isso, não haveria uma sequência universal e linear de estágios durante o processo domesticação das plantas, pois na Amazônia esse processo perpassou pelas ontologias dos grupos indígenas. O termo familiarização se deve à forma como algumas sociedades indígenas definem suas relações com suas hortas, juntamente com os outros seres humanos donos da floresta, a partir de relações familiares, de parentesco e de alteridade.

Como sublinhado por Canon (2014b), abordagens com enfoque revisionista, baseadas em crítica pós-moderna e o crescimento de dados empíricos, como as pesquisas mencionadas acima, vêm contribuindo para repensar vários temas recorrentes na literatura sobre sociedades de caçadores-coletores, como a dualidade natureza e cultura, domesticação de plantas e economia de subsistência. Nesse sentido, o próximo tópico desse artigo aborda as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na região da Serra dos Carajás e arredores e que vêm lançando novas reflexões sobre o tema das ocupações de grupos caçadores coletores na Amazônia.

OCUPAÇÕES ANTIGAS NA AMAZÔNIA

Para a Amazônia brasileira, estudos realizados vêm apontando para a existência de ocupações em tempos remotos em diferentes áreas, entretanto, ainda há regiões onde não se obtiveram referências de sítios arqueológicos pertencentes a grupos caçadores coletores. Considerando como escala os estados que compõe a Amazônia Legal, Bueno (2010) se baseou nas informações já publicadas, construindo um quadro que aponta a existência de sítios arqueológicos associados com populações de caçadores coletores nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Além dos sítios datados, há relatos de achados de um tipo de vestígio que comumente foi associado às ocupações antigas de caçadores coletores: as pontas de projétil. No Brasil e alhures (conferir THOMAS, 1981; KOERPER et al., 1996), as pontas de projéteis foram usadas como marcadores temporais em datações relativas. Na região da Amazônia, vários foram os locais onde foram observadas pontas de projétil. No que tange às descobertas feitas por naturalistas, Costa (2009) menciona para o estado do Amazonas as descobertas realizadas por Alexandre Rodrigues, em sua viagem de 1783, e do conde Ermanno Stradelli, entre os anos de 1888 e 1889, perto do rio Uaupés. Enquanto na região do estado do Pará, Henri Coudreau (1977), encontrou uma ponta de projétil em sua expedição pelo Rio Xingú.

Conforme as características morfológicas e tecnológicas, as pontas de projéteis são classificadas e associadas a diferentes séries arqueológicas que representam também uma cronologia. Seguindo tal perspectiva, Simões (1976) classificou duas pontas encontradas na região do Tapajós pertenciam ao estágio Proto-arcáico ou período Transicional da América do Sul, que corresponde a um período entre 8.000 a 5.000 a.C. Em sua interpretação sobre essas pontas, Simões (1976) também reforça a proposta anteriormente defendida por Gordon Willey, e também incorporada por Meggers (1979), de que a ocupação da América do Sul teria ocorrido a partir dos Andes, seguindo para o norte, em direção ao mar Caribe, chegando ao litoral leste, no território que futuramente seria o Brasil.

98

Pontualmente, em diferentes áreas, mais vestígios foram encontrados e associados a grupos de caçadores coletores. Em seu trabalho, Hilbert (1998) relata que o Museu Paraense Emílio Goeldi tinha em sua coleção 12 pontas de projétil. Nessa coleção, além das pontas relatadas em Coudreau (1977) e Simões (1976), também havia exemplares que foram encontrados no baixo Tapajós e na ilha de Cotijuba, localizada nas proximidades de Belém. Outras pontas de flecha são mencionadas por Meggers e Miller (2003), tendo sido encontradas nos estados do Amazonas (alto rio Negro; Cara Preta e Apuí) e no estado de Roraima (igarapé Murupu). Roosevelt e colaboradores (2009) apresentam a descoberta de pontas de flecha no médio curso da Bacia do rio Xingu, que reforçam não só a presença de caçadores coletores na Amazônia, mas também que esses grupos ocuparam ambientes com características diversificadas.

Na região do Tapajós, em meados dos anos 1990, Anna Roosevelt e colaboradores (1996) apresentam a descoberta de vestígios de ocupação na região amazônica tão antiga quanto às datações obtidas para os vestígios paleoíndios Clovis e Folsom da América do Norte. Essa remota ocupação se localizava na Caverna da Pedra Pintada, município de Monte Alegre, e se situa entre 11.200 A.P. a 9.800 A.P. Apesar da contemporaneidade entre América do Norte e Amazônia, os grupos caçadores coletores da Caverna da Pedra Pintada apresentavam cultura material indicativa de um modo de subsistência mais generalizado baseado em frutas, sementes e fauna diversas, enquanto que para a América do Norte se observava uma especialização na exploração de mamíferos de grande porte.

99

Anteriormente, se acreditava que apenas após a extinção da megafauna e do aumento do nível do mar na era pós-glacial, em torno de 10.000 A.P., que o modo de subsistência "arcaico" generalizado, baseado na caça, coleta e pesca, teria se instalado. Contudo em várias áreas da América do Sul verificou-se o modo forrageiro generalizado baseado em peixes, mariscos, caça de médio e pequeno porte e recursos da flora (GNECCO, 1999; ROOSEVELT, 1999). Não apenas os vestígios faunísticos encontrados em Pedra Pintada divergiam dos presentes na América do Norte, mas a própria morfologia das pontas de projétil encontradas não pertencia à tradição Clóvis. (ROOSEVELT et al., 1996).

As datações mais antigas e incontestáveis para as primeiras ocupações na Amazônia remontam há aproximadamente 11 mil anos A.P. (BUENO e DIAS, 2015). A partir dos dados existentes, Bueno e Dias (2015) apontaram a existência de dois possíveis padrões de culturas arqueológicas, um mais ao norte, relacionado com a calha do rio Amazonas e que parece estar associado a uma rota de colonização de ambientes tropicais no Planalto das Guianas, Venezuela e Colômbia; o segundo, na região da Serra de Carajás, no estado do Pará, mais similar com os achados na região do Brasil Central.

Na região do atual estado do Pará (Figura 1), ocupações de caçadores coletores foram relatadas na Serra das Andorinhas, município de São Geraldo do Araguaia (KERN et al., 1992). Os sítios encontram-se próximos do rio Araguaia, ribeirão Sucupira e do córrego Tira Catinga. Foram localizados sítios a céu aberto e em cavidades contendo material lítico, cerâmico e orgânico além de sítios com gravuras rupestres. A região é próxima a Serra dos Carajás, área elegida com centro de análise. Em relação ao material arqueológico lítio e cerâmico, há semelhanças com o que já foi observado em Carajás.

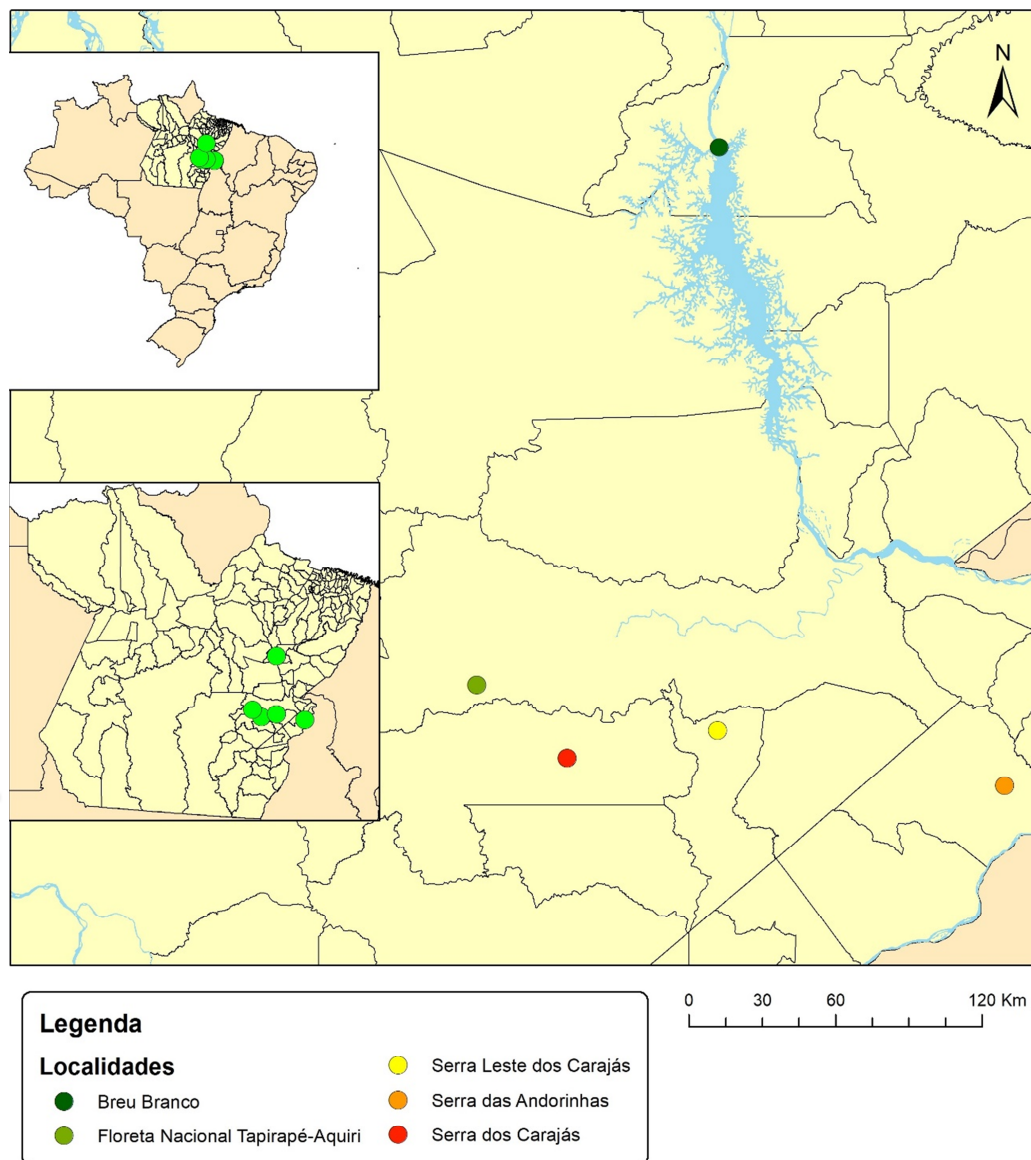


Figura 1: Localidades com presença de vestígios materiais de grupos caçadores-coletores no estado do Pará.

Ainda nas proximidades de Carajás, Silveira e colaboradores (2008) apresentam a descobertas de ocupações de caçadores coletores na área da Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri (FLONATA), onde foi instalado o Projeto Salobo, no município de Marabá. Os sítios foram localizados nas proximidades das sub-bacias dos igarapés Mirim, Salobo e do rio Cinzento (SILVEIRA et al., 2008). As prospecções arqueológicas nesta área identificaram 22 sítios e cinco ocorrências, todos a céu aberto. A cronologia obtida nesses sítios compreende uma época que se estende de 4.000 AC a 1.800 AD, com um hiato entre 3.800 e 2.500 AP, que, entretanto, já foi reportado para a área apenas nos abrigos das serras.

Enquanto Caldarelli e colaboradores (2005) apresentam dois sítios a céu aberto localizados no atual município de Breu Branco, às margens do rio Tocantins: os sítios Breu Branco 1 e Breu Branco 2. Em ambos foram identificadas ocupações de grupos caçadores coletores, com datações do Pleistoceno Final e Holoceno Inicial. O pacote estratigráfico dessas ocupações pré-cerâmicas é espesso em ambos o sítio, variando de 10 a 180cm no Breu Branco 1 e de 20 a 150cm no Breu Branco 2. No sítio Breu Branco 1 há um lapso cronológico e estratigráfico entre a ocupação por grupos ceramistas e a dos caçadores coletores, enquanto no Breu Branco 2 a estratigrafia é contínua.

A partir de 1983, foram iniciadas as pesquisas arqueológicas na Serra dos Carajás quando a Companhia Vale do Rio Doce firmou um convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq (MAGALHÃES, 2005). Três anos depois, em

1986, seriam iniciadas as prospecções em duas grutas nos platôs N1 e N4 da Serra Norte de Carajás. Foi no platô N4 que se encontrou a cavidade denominada de Gruta do Gavião, que ganhou destaque por contribuir com a hipótese de ocupações de caçadores coletores em áreas de floresta tropical.

A Gruta do Gavião se localiza na encosta noroeste deste platô e tem aproximadamente 280m², sendo que a área do salão principal é de 248m², e a área restante representa nove salões menores (SILVEIRA, 1995). Uma das datações obtidas na Gruta do Gavião identificou que durante o Holoceno Inicial, especificamente em 8.140 ± 130 A.P, havia evidências de ocupação humana na cavidade. Datações mais antigas foram obtidas posteriormente em outros sítios da Serra dos Carajás (MAGALHÃES, 2018)

Em sua pesquisa sobre os vestígios orgânicos na Gruta do Gavião, Silveira (1995) analisou amostras obtidas no salão principal da cavidade e em um dos salões secundários. Em uma das áreas escavadas, foi encontrada uma sucessão de várias fogueiras, juntamente com muitos fragmentos ósseos carbonizados. Outros vestígios arqueológicos encontrados foram material lítico em quartzo hialino, citrino e ametista, carvões, resinas, sementes, contas fabricadas em sementes e alguns fragmentos cerâmicos.

O material faunístico analisado mostrou que a dieta dos grupos que utilizaram esta gruta era diversificada, foram encontrados ossos de aves, répteis (jacaré e cobra),

quelônios, peixes, moluscos e mamíferos de pequeno e médio porte (coelho, preguiça, macaco, paca, cotia, caititú e veado). Considerando os fragmentos em que foi possível identificação, observou-se a predominância de vestígios de moluscos, seguido por répteis e mamíferos. Entre o material vegetal, havia sementes ricas em gordura, que podem ter sido utilizadas como combustível, além de exemplares de árvores que ainda existem contemporaneamente na região, como Bacaba, Pau Doce e Inajá (SILVEIRA 1995). A área de Carajás, portanto, apresenta variedade ambiental em sua paisagem. Santos e colaboradores (2016) espõem que a vegetação de Carajás apresenta diferentes fitofisionomias.

Com isso, a partir da antiguidade das ocupações em Carajás e a variedade de espécimes botânicas exploradas na região, Magalhães enfatizou o aspecto antropogênico da área da Serra dos Carajás, classificando os grandes momentos de ocupação como Cultura Tropical e Cultura Neotropical, posteriormente renomeada de Cultura Antropical (MAGALHÃES, 2005, 2016, 2018). Com isso, a perspectiva defendida pelo autor e os dados das pesquisas conduzidas no âmbito do Projeto Arqueológico Carajás (PACA), se alinham as propostas da Ecologia Histórica e a Teoria dos nichos antrópicos.

Entre as pesquisas do PACA, Aires da Fonseca (2013, 2016) vem desenvolvendo modelos preditivos para a análise de alguns sítios na região amazônica, alguns localizados na Serra dos Carajás, com o objetivo de criar inferências e projeções para a localização de novos sítios arqueológicos. Para as áreas de topo da serra o

modelo de Aires da Fonseca comprovou a relação de alta probabilidade de ocorrência de sítios arqueológicos próximos de lagos perenes e intermitentes e ao longo do curso das cabeceiras dos rios. Para as áreas de planície, verificou-se uma relação também com os recursos hídricos, além da altimetria e declividade do terreno. Outro tipo de projeção arqueológica apresentada por Aires da Fonseca (2016) diz respeito à criação de rotas de menor custo entre dois pontos. Com o auxílio de software e de verificações em campo verificou-se que esses caminhos estavam repletos de plantas úteis ao ser humano, principalmente comestíveis, sugerindo, assim, a antropização da área pelos grupos humanos do passado (Magalhães et al 2016).

Visando compreender os elementos comuns nas ocupações das paisagens de Carajás, para as cavidades, Barbosa (2016) chama atenção para o fato de que os caçadores coletores selecionaram algumas das cavidades presentes nos platôs para se abrigarem e realizarem as suas atividades, e que posteriormente, em outro momento de ocupação, indivíduos portadores da tecnologia cerâmica selecionaram as mesmas cavidades eleitas pelos grupos caçadores coletores, mas que também optaram por utilizar outras onde não há vestígios de ocupações mais antigas. O autor sugere que muitas dessas cavidades poderiam estar interligadas em redes hierárquicas, conforme suas características. Nesse sentido, as cavidades menores poderiam ser pontos de captação de recursos que eram utilizadas pelos indivíduos que ocupavam cavidades maiores, enquanto essas grutas maiores poderiam ser bases de apoio por indivíduos que habitavam nas terras baixas.

Kipnis, Caldarelli e Oliveira (2005) apresentam em seu artigo alguns resultados das pesquisas realizadas em cavidades na Serra dos Carajás. De um total de 107 cavidades inspecionadas, em 47 havia material arqueológico, sendo que em dez dessas foi coletado material para datação, que revelaram que as ocupações associadas aos caçadores coletores datavam do Holoceno Inicial e Médio. A indústria lítica dessas ocupações tem como matéria-prima o quartzo, sílex, arenito, quartzito, entre outras. Os instrumentos encontrados possuem poucos retoques e alterações na morfologia do suporte que lhes originaram, por isso foram classificados como "artefatos expeditos".

Oliveira (2007), em seu estudo sobre os caçadores coletores na região de Carajás, relacionou os dados arqueológicos, paleoambientais e as pesquisas etnográficas de grupos que vivem da caça e coleta na região amazônica. O objetivo de tal cotejamento foi para testar e refinar os modelos existentes sobre a ocupação de grupos forrageiros na região amazônica. Entre os dados arqueológicos, Oliveira apresenta a análise do material lítico encontrado em cavidades na Serra Sul e no Níquel do Vermelho, na Serra dos Carajás, em camadas datadas do Holoceno Inicial e Médio para a Serra Sul, enquanto no Níquel do Vermelho, as ocupações dataram do Holoceno Inicial, Médio e Tardio.

Nas três cavidades analisadas na área da Serra Sul, a matéria-prima predominante foi o quartzo, na sua variedade leitoso e hialino. Outras matérias-primas são minério de ferro, quartzo fumê, o quartzito, rocha metamórfica e sílex. Enquanto

no Níquel do Vermelho, foi analisado material lítico de duas cavidades, sendo que em ambas as ocupações que geraram maior quantidade de material arqueológico, em comparação com as cavidades da Serra Sul. Em níquel do Vermelho, foi observado maior variedade de matéria-prima: quartzo leitoso, hialino, fumê, verde, quartzito, sílex, arenito silicificado, diabásio, grabo, fedspalto, granito, minério de ferro e rocha sedimentar, predominando novamente o quartzo leitoso.

Visando estudar as características da cultura material na transição entre o Holoceno Médio e Tardio, a fim de verificar possíveis, continuidades, rupturas ou uma transição gradual nesse período, Lima (2013) analisou o material cerâmico e lítico do Abrigo 1 da Subestação do Platô N4E e as estratégias de ocupação na paisagem da Serra dos Carajás. A transição desses períodos é comumente marcada pela adoção da tecnologia cerâmica e do lítico polido e picoteado, mas pouco se discute sobre as características dessa transição em relação ao seu correspondente no aspecto cultural.

Para investigar a possível ocorrência de mudança nas preferências de ocupação, Lima observou as cavidades sem e com vestígios arqueológicos, elegendo 28 variáveis para comparar 66 cavidades. Entre os elementos que aparentemente tiveram alguma importância para a escolha de ocupação estão: o relevo interno plano ou com suave declive, o teto acima de 2m, a relação entre a largura e comprimentos das cavidades, e a quantidade de aberturas que dão acesso ao interior da cavidade. Esses últimos elementos influenciam na luminosidade, por

isso podem ter sido um fator que as populações do passado consideraram. Uma variável que se mostrou relevante apenas para os sítios com presença de material cerâmico foi o da altitude na qual se encontra a cavidade.

Em relação à cultura material desse período, o autor apontou a manipulação do fogo para transformar a ametista em citrino, e a implicação simbólica dessa transformação. Quando considerada ao longo da distribuição estratigráfica, a indústria lítica do sítio se mostra bastante homogênea. Com isso, Lima (2013) concluiu que apesar das modificações observadas em relação à indústria cerâmica e ao lítico polido e em alguns elementos no lítico lascado, há uma continuidade em relação à indústria lítica lascada. O autor destaca que a ocupação mais intensa nos níveis do Holoceno Tardio observada no Abrigo 1 da Subestação também pode ser observada em outras grutas em Carajás, como a Gruta do Rato e Gruta da Guarita, no platô N1 da Serra Norte. Mas se distingue da Gruta do Gavião, localizada no platô N4 na Serra Norte, que tinha uma ocupação mais intensa nos níveis mais inferiores.

Por conseguinte, é possível observar que as pesquisas arqueológicas realizadas na Serra do Carajás (KIPNIS, CALDARELLI e OLIVEIRA, 2015; LIMA, 2013; MAGALHÃES, 2005, 2016; OLIVEIRA, 2007; SILVEIRA, 1995) têm sugerido usos diferenciados das ocupações em cavidades, conforme os tipos e densidade de objetos encontrados.

A maioria das pesquisas arqueológicas já realizadas e publicadas foram feitas na Serra Norte e Serra Sul, por isso ainda há pouca informação conhecida para os sítios localizados na Serra Leste. Apesar da necessidade de mais pesquisas para verificar nossas percepções atuais, pela comparação do material observado na Serra Leste e nas demais serras, já é possível observar algumas diferenças na utilização de recursos presentes na paisagem, como, por exemplo, o uso de alguns tipos de matéria-prima para a produção de instrumentos líticos. Enquanto na Serra Norte e Serra Sul foi observado o uso do citrino e da ametista (KIPNIS, CALDARELLI e OLIVEIRA, 2015; LIMA, 2013; OLIVEIRA, 2007), enquanto na Serra Leste essas matérias parecem estar ausentes, sendo observado o quartzo, a hematita, o sílex, gnaiss e outras rochas básicas (SCHAAN e LIMA, 2012).

109

Dessa forma, as descobertas arqueológicas de ocupações remotas de caçadores coletores em áreas de floresta tropical confirmaram que um tipo de ambiente não se impõe como fator determinante para impedir o desenvolvimento de uma organização social. O desenvolvimento das pesquisas vem acrescentando novas informações de que os povos de economia forrageira não só habitaram as florestas tropicais como também modificaram esses espaços devido aos seus hábitos (BALÉE, 1989; MAGALHÃES et al., 2016; POLITIS, 2007; SHEPARD e RAMIREZ, 2011).

CONCLUSÃO

Os estudos já realizados na arqueologia chamaram atenção para características físicas e simbólicas que podem ter influenciado nas escolhas das cavidades. Escolhas, portanto, que perpassam por questões culturais e não apenas imposições da natureza. Isso não significa que o ambiente e suas características naturais não tenha influência sobre as populações, visto que são elementos da paisagem que estão em interação com esses grupos, mas sim, que se há o objetivo de verificar padrões nas estratégias de subsistência e assentamento é preciso incorporar também as possíveis influências culturais nas escolhas realizadas.

Com as descobertas mais recentes na arqueologia de Carajás, foi possível constatar que os recursos disponíveis na floresta tropical eram variados e que as sociedades de caçadores coletores os utilizaram para propósitos diversos, como alimentar, medicinal, ritualístico, entre outros. Sendo que além de consumir esses recursos, esses grupos também foram responsáveis pela dispersão das espécies em espaços que antes da presença humana essas espécies botânicas não ocorriam naturalmente.

A manipulação dos recursos e incorporação dos mesmos na cultura e simbologia dos caçadores coletores se vê presente, assim, nas escolhas das cavidades, das plantas e também na transformação da matéria-prima que seria utilizada como base para produzir outros objetos, a exemplo da transformação da ametista em citrino, após tratamento térmico, que sugere a influência simbólica das pessoas

com as jazidas de matéria-prima, no momento da escolha para a produção de artefatos.

As informações até agora adquiridas para as sociedades caçadoras coletoras da Amazônia, ainda que parciais, representam um importante avanço para o conhecimento sobre a ocupação humana no passado. Principalmente, se considerarmos todas as concepções que se tinha sobre esse tipo de sociedade, que foram influenciadas por diferentes teorias antropológicas. O aumento de dados obtidos em pesquisas empíricas, as pesquisas baseadas em reflexões revisionistas e críticas pós-modernas estão contribuindo para repensar alguns discursos de ausências criados a partir de teorias com enfoque biológico, evolucionista e adaptacionista. As novas perspectivas que emergiram deixaram claro que muito das "ausências" apontadas foram em grande parte construções feitas a partir do pensamento ocidental.

111

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES DA FONSECA, J. 2013. "Levantamento regional na arqueologia amazônica: o uso de sistema de informação geográfico e sensoriamento remoto". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi vol. 8(3), 675-690.

ARROYO-KALIN, M. 2016. "Landscaping, Landscape Legacies, and Landesque Capital in Pre-Columbian Amazonia". InC. ISENDAHL and D. STUMP (eds.).The Oxford Handbook of Historical Ecology and Applied Archaeology.DOI:10.1093/oxfordhb/9780199672691.013.16

BAILEY, R.; HEAD, G.; JENIKE, M.; OWEN, B.; RECHTMAN, R. & ZECHENTER, E. 1989. "Hunting and Gathering in Tropical Rain Forest: Is It Possible?". *American Anthropologist*, 91 (1): 59-82.

BAILEY, R.; HEADLAND, T. 1991. "The tropical rain forest: is it a productive environment for human foragers?". *Human Ecology* vol. 19(2): 261-285.

BALÉE, W. 1989. "The culture of Amazonian forests". In D. A. POSEY and W. BALÉE(eds.). *Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies*. New York: New York: Botanical Gardens, 1-21.

_____. 1998. "Historical ecology: Premises and Postulates". In W. BALÉE (ed.). *Advances in Historical Ecology*. New York. Columbia University Press: 13-27.

_____. 2003. "Native views of the environment in Amazonia". In H. SELIN(ed.). *Nature Across Cultures: Mews of Nature and the Environment in Non-Western Cultures*. Manchester, U.K.: Kluwer Academic, 277-288.

_____. 2013. *Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press.

BARBOSA, C. 2016. "Sítios arqueológicos em cavidades na Amazônia: escolhas e usos". In M.

MAGALHÃES (org.). *Amazônia Antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emilio Goledi, 215-238.

BARRETO, C. 2000. "A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil". *Revista USP* vol. 44: 35-51.

BARNARD, A. 1983. "Contemporary Hunter-Gatherers: Current Theoretical Issues in Ecology and Social Organization." *Annual Review of Anthropology* vol. 12, 193-214.

_____. 2004. *Hunter-Gatherers in History, Archaeology and Anthropology: Introduction Essay*. In: BARNARD, Alan (Ed.) *Hunter-gatherers in history, archaeology and anthropology*, p. 1 - 13. Oxford: Berg.

BETTINGER, R. 1980. "Explanatory/Predictive Models of Hunter-Gatherer Adaptation". *Advances in Archaeological Method and Theory* vol. 3, 189-255.

_____. 1987. "Archaeological Approaches to Hunter-Gatherers". *Annual Review of Anthropology* vol. 16(1), 121-142.

BINFORD, L. 1962. "Archaeology as anthropology". *American Antiquity* vol. 28, 217-25.

_____. 1978. *Nunamiut Ethnoarchaeology*. London: Academic Press.

_____. 1980. "Willow Smoke and Dogs' Tails: Hunter-Gatherer Systems and Archeological Site Formation". *American Antiquity*, vol. 45, 4-20.

_____. 1982. "The Archaeology of Place". *Journal of Anthropological Archaeology* vol. 1, 5-31.

BOAS, F. 1966. *Race, Language and Culture*. New York: The Free Press.

_____. 2004. *Antropologia Cultural*. C.CASTRO (org.). Rio de Janeiro: Zahar.

BUENO, L. 2010. "A Amazônia brasileira no Holoceno Inicial: tecnologia lítica, cronologia e processo de ocupação". In E. PEREIRA e V. GUAPINDAIA (org.) *Arqueologia Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 37-52.

BUENO, L.; DIAS, A. 2015. "Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro". *Estudos Avançados* vol. 29 (83), 119-147.

CALDARELLI, S.; COSTA, F.; KERN, D. 2005. "Assentamentos a céu aberto de caçadores-coletores datados da transição Pleistoceno final/ Holoceno inicial no sudeste do Pará". *Revista de Arqueologia* vol. 18 (1), 95-108.

CANNON, A. 2014a. "Introduction". In A. CANNON (ed.). *Structured worlds: the archaeology of hunter-gatherer thought and action*. London and New York: Routledge, 1-10.

_____. 2014b. "Historical and Humanist Perspectives on Hunter-Gatherers". In V.

CUMMINGS, P. JORDAN & M. ZVELEBIL. The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers. Oxford: Oxford University Press, 92-103.

COSTA, F. 2009. Arqueologia das Campinaranas do baixo rio negro: em busca dos pré-ceramistas nos areais da Amazônia Central. 2009. Tese de Doutorado, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COUDREAU, H. 1977. Viagem ao Xingu. Belo Horizonte: Itatiaia.

DAY, R.; LALAND, K.; ODLING-SMEE, J. 2003. "Rethinking adaptation: the niche-construction perspective". Perspectives in Biology and Medicine vol. 46 (1), 80-95

DESCOLA, P. 2014. "¿Existen paisajes amazónicos?" In S. ROSTAIN(ed.). Amazonía: memorias de las Conferencias magistrales del 3er Ecuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Quito: EiAA, 19-30.

FAUSTO, C.; NEVES, E. 2018. "Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon". Antiquity vol. 92(366), 1604-1618.

FIRTH, R. 1957. Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski. London: Routledge Kegan & Paul.

FLANNERY, K. 1972. "The Cultural Evolution of Civilizations." Annual Review of Ecology and Systematics vol. 3, 399-426.

FUNARI, P. 2002. "Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia brasileira". Horizontes Antropológicos vol. 8(18), 131-153.

GARVEY, R.; BETTINGER, R. 2014. "Adaptive and Ecological Approaches to the Study of Hunter-Gatherers". In V. CUMMINGS; P. JORDAN; M. ZVELEBIL (eds). The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers. Oxford: Oxford University Press, 69-91

GNECCO, C. 1999. "An archaeological perspective of the Pleistocene/Holocene boundary in northern South America". Quaternary International vol. 53/54, 3-9.

_____. 2009. "Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi vol. 4 (1), 15-26.

GUIMARÃES, M.2003. “Revisitando conceitos: a estrutura social dos pescadores-coletores pré-coloniais”. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, vol. 13, 261-267.

HEADLAND, T. 1987. “The wild yam question: How well could independent hunter-gatherers live in a tropical rain forest ecosystem?” Human Ecology vol. 15, 463-491.

HILBERT, K. 1998. “Notas sobre algumas pontas-de-projétil da Amazônia”. Estudos Ibero-Americanos vol. 26 (2), 291-310.

HAWKES, K.; HILL, K.; O'CONNEL, J. 1982. “Why hunters gather: optimal foraging and the Aché of estern Paraguay”. American Ethnologist vol. 9 (2), 379-398.

INGOLD, T. 1996. “The optimal forager and economic man”. In P. DESCOLA and G.

PÁLSSON. Nature and society: anthropological perspectives. London and New York: Routledge, 25-44.

_____. 1999. “On the social relations of the hunter-gatherer band”. In R. LEE and R. DALY. The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers. Cambridge: Cambridge University Press, 399-410.

_____. 2006. “Sobre a distinção entre evolução e história”. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política vol. 20, 17-36.

JOCHIM, M. 1979. “Breaking down the System: Recent Ecological Approaches in Archaeology.” Advances in Archaeological Method and Theory vol. 2, 77-117.

JORDAN, P.; CUMMINGS, V. 2014a. “Introduction”. In V. CUMMINGS; P. JORDAN; M.

ZVELEBIL (eds).The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers. Oxford: Oxford University Press, 33-42

_____. 2014b. “Analytical Frames of Reference in Hunter-Gatherer Research”. In V.

CUMMINGS; P. JORDAN; M. ZVELEBIL (eds). The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers. Oxford: Oxford University Press, 1-29.

JORDÃO, P. 2004. “A antropologia pós-moderna: uma nova perspectiva da etnografia e seus sujeitos”. *Revista de Iniciação Científica da FFC* vol. 4 (1), 35-51.

KELLY, R. 1983. “Hunter-Gatherer Mobility Strategies”. *Journal of Anthropological Research* vol. 39 (3), 277-306.

KERN, D. et al. 1992. “O potencial espeleoarqueológico da região de São Geraldo do Araguaia-PA”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia* vol. 8 (2), 157-183.

KIPNIS, R.; CALDARELLI, S.; OLIVEIRA, W. 2005. “Contribuição para a cronologia da colonização amazônica e suas implicações teóricas”. *Revista de Arqueologia* 18, 81-93.

KOERPER, H. et al. 1996. “Arrow Projectile Point Types as Temporal Types: Evidence from Orange County”. *Journal of California and Great Basin Anthropology* vol. 18 (2), 258-283.

LARAIA, R. 1986. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LATHRAP, D. 1968. “The “hunting” economies of the tropical forest zone of South America: an attempt at historical perspective”. In R. LEE; I. DEVORE(eds.). *Man the hunter*. Chicago: Andine, 23-29.

LEE, R.; DALY, R. 1999. “Introduction: foragers and others”. In R. LEE and R. DALY. *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-19.

LEE, R.; DEVORE, I. (eds.). 1968. *Man the hunter*. Chicago: Andine.

LIMA, A. 2013. *As cavidades, as fontes minerais e as pessoas nos platôs da Serra Norte de Carajás durante o Holoceno*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará.

MAGALHÃES, M. 2005. *A Phýsis da Origem*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (org.). 2016. *Amazônia antropogênica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

_____. (org.). 2018. A Humanidade e a Amazônia: 11 mil anos de evolução histórica em Carajás. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

MAGALHÃES, M. et al. 2016. “Carajás”.In M. MAGALHÃES (org.). Amazônia Antropogênica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 259-308.

MCGUIRE, R. 2008. Archaeology as political action. Berkeley: University of California Press.

MEGGERS, B. 1977. “Amazônia: a Ilusão de um Paraíso. Tradução de Maria Yelda Linhares. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

_____. 1979. América Pré-histórica. Tradução de Eliana Teixeira de Carvalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MEGGERS, B.; EVANS, C. 1957. Archeological investigations at the mouth of the Amazon. Washington, DC: Smithsonian Inst. Press.

MEGGERS, B.; MILLER, E. 2003. “Hunters-gatherers in Amazonia during the Pleistocene-Holocene transition”. In J. MERCADER. Under the canopy: the Archaeology of Tropical Rain Forest. Princeton: Rutgers University Press, 291-316.

MORGAN, L. 1877. “A sociedade antiga. Ou investigações sobre as linhas de progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização”. In C. CASTRO (org.). Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 41-65.

MYERS, F. 1988. “Critical Trends in the Study of Hunter-Gatherers”. Annual Review of Anthropology vol. 17(1), 261-282.

NEVES, E. 2013. “Was Agriculture a Key Productive Activity in Pre-Colonial Amazonia? The Stable Productive Basis for Social Equality in the Central Amazon”. In E. BRONDÍZIO and E.

MORAN (eds.). Human Environment Interactions: Current and Future Direction. New York: Springer, 371-388

OLIVEIRA, W. 2007. *Caçador Coletores na Amazônia: eles existem*. Dissertação de Mestrado, Museu de Antropologia e Arqueologia, Universidade de São Paulo, São Paulo

PINKOSKI, M. 2008. "Julian Steward, American Anthropology, and Colonialism. *Histories of Anthropology Annual* vol. 4, 172-204

POLITIS, G. 1996. "Moving to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia". *WorldArchaeology* vol. 27 (3), 492-511.

_____. 2001. "Foragers of the Amazon: the last survivors or the first to succeed?". In C. MCEWAN; C. BARRETO; E. NEVES(eds.). *Unknown Amazon: culture in nature in ancient Brazil*. London: The British Museum Press, 27-49.

_____. 2007. *Nukak: ethnoarchaeology of an Amazonian people*. Translated by B. Alberti. California: Left Coast Press.

ROOSEVELT, A. 1999. "Archaeology of South American hunters and gatherers". In R. LEE and R. DALY. *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. Cambridge: Cambridge University Press, 86-91.

ROOSEVELT, A. et al. 1996. "Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas". *Science* vol.272, 373-84.

ROOSEVELT, A. et al. 2009. "Early hunter-gatherers in the Terra Firme Rainforest: stemmed projectile points from the Curuá goldmines". *Amazônica* vol. 1(2), 442-483.

SANTOS, B. 2010. *Descolonizar el saber, Reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce-Extensión universitaria. Universidad de la República.

SCHAAN, D.; LIMA, A. 2012. *Programa de Prospeções e Educação Patrimonial em Serra Leste, Curionópolis/PA. Relatório Final. Volume II*.

SERVICE, E. *Organização Social Primitiva: Uma Perspectiva Evolucionista*. Despertar: Porto, 1970.

SHEPARD, G.; RAMIREZ, H. 2011. "'Made in Brazil': Human Dispersal of the Brazil Nut" (*Bertholletia excelsa*, *ecythidaceae*) in Ancient Amazonia. *Economic Botany* vol. 65 (1), 44-65.

SILVEIRA, M. 1995. Estudos sobre estratégia de subsistência de caçador-coletores pré-históricos do sítio Gruta do Gavião, Carajás/PA. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVEIRA, M. et al. 2008. “Sequência Cronológica de Ocupação na área do Salobo (Pará)”. Revista de Arqueologia vol. 21(1), 61-84.

SIMÕES, M. 1976. “Nota sobre duas pontas-de-projétil da bacia do Tapajós (Pará)”. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi vol. 62, 3-15.

SMITH, B. 2007. “Niche construction and the behavioral context of plant and animal domestication”. Evolutionary Anthropology: Issues, News, and Reviews vol. 16(5), 188-199.

SMITH, B.;ZEDER, M. 2013. “The onset of the Anthropocene”. Anthropocene vol. 4, 8-13.

STEWART, J. 1948. “Culture Areas of the Tropical Forest”. In J. STEWARD(org.) Handbook of South American Indians. The Tropical Forest Tribes, Bureau of American ethnology Bulletin vol. 143 (3), 883-899.

_____. 2006. “The Concept and Method of Cultural Ecology”. In N. HAENN; R.WILK (org.) The Environment in Anthropology: a reader in Ecology, Culture and Sustainable Living. New York and London: New York University Press, 5-9.

SUMNER, W.;KELLER, A. 1927. The Science of Society. 4 vols. New Haven: Yale University Press

THOMAS, D. 1981. “How to classify the projectile points from Monitor Valley, Nevada”. Journal of California and Great Basin Anthropology vol.3 (1), 7-43.

TRIGGER, B. 2004. História do Pensamento Arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora.

TYLOR, E. 2005 [1871]. “A Ciência da Cultura”. In C. CASTRO (org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Taylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 67-99.

VAYDA, A.; RAPPAPORT, R.1968. "Ecology, cultural and noncultural". In: J. CLIFTON (ed.). Introduction to Cultural Anthropology. Boston: Houghton Mifflin, 476-491.

VIVEIRO DE CASTROS, E. 2004. "Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena". O que nos faz pensar vol.18, 225-254.

WIESSNER, P. 1982. "Beyond Willow Smoke and Dog's Tails: A Comment on Binford's Analysis of Hunter-Gatherer Settlement Systems". American Antiquity vol. 41 (1), 171-178.

WINTERHALDER, B. 1981. "Optimal foraging strategies and hunter-gatherer research in anthropology: theory and models". In B. WINTERHALDER and E. SMITH (eds.). Hunter-gatherer foraging strategies: ethnographic and archaeological analysis. Chicago: University of Chicago Press, 13-35.

YENGOYAN, A. 2004. "Anthropological History and the Study of Hunters and Gatherers: Cultural and Non-Cultural". In A. BARNARD (ed.). Hunter-gatherers in history, archaeology and anthropology. Oxford: Berg, 57-66.